

O ITINERÁRIO INTELECTUAL DE MIGUEL GUEDES NOGUEIRA E JOAQUIM GOULART DE ANDRADE NA ESCOLARIZAÇÃO DE MENINOS DESVALIDOS: O CASO DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE ALAGOAS (1909-1916)

Marcondes dos Santos Lima

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

mcds1@outlook.com

Resumo:

O ensaio que esboçamos neste construto tem como escopo iniciar uma discussão em torno da experiência educacional de dois intelectuais, a saber, Joaquim Goulart de Andrade ex-professor do Liceu de Maceió e o engenheiro Miguel Guedes Nogueira, que ocuparam o papel de direção da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas em seus primórdios na primeira década da primeira República nascente. No corpus do texto buscamos nos aproximar das experiências destes dois intelectuais que em muitas situações de conflitos vivenciaram os entraves no cotidiano da instituição em vias de lograr os resultados que a intelectualidade republicana impôs, isto é, a escolarização e profissionalização de meninos desvalidos em cidadãos úteis à nação. Sendo assim, buscaremos construir uma narrativa das experiências dos dois intelectuais na EAA-AL durante as suas respectivas gestões no marco temporal compreendido entre 1909 a 1916, desvendando os limites, assim como as táticas que estes intelectuais tiveram de enfrentar no interior da instituição de ensino profissional primário.

Palavras-chave: Experiência, Intelectuais, Miguel Guedes Nogueira, Joaquim Goulart de Andrade, Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas.

Introdução

A localização dos sujeitos intelectuais no espaço social é tomada como elementos centrais da proposta deste construto. Elementos de uma mesma operação, os sujeitos e os espaços sociais que ocupam são criados e recriados a todo o momento, sendo segundo Filho; Chamon; Inácio (2009), o resultado do percurso, das escolhas, das experiências vividas e das relações estabelecidas com outros pares.

Tomando as trajetórias dos intelectuais como ponto de partida, o que se busca são as experiências vividas no tempo sócio histórico. Experiências essas que são constitutivas desses sujeitos, que são produtoras de identidades; experiências que são também plasmadas por grupos de pertencimento. O que demanda do historiador da educação a realização de uma espécie

de análise do universo que estes intelectuais estiveram inseridos num espaço e tempo.

São a partir destas considerações preliminares que propomos esboçar no *corpus* do texto uma discussão acerca da experiência de Miguel Guedes Nogueira e Joaquim Goulart de Andrade no papel de diretores da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas no marco temporal de 1909 a 1916.

No primeiro tópico, apresentamos ao leitor uma breve consideração em torno do quadro sócio histórico da primeira República (1889-1930), considerando em que situações sociais e políticas da época, a intelectualidade republicana sentiu a necessidade de escolarizar os filhos do proletariado na arte de um ofício em vias de alcançar o progresso material e moral dos homens. E de como as EAA's¹, em nosso caso específico a EAA-AL, se foi institucionalizando pela ação dos intelectuais diretores. Em seguida, no segundo tópico, nos debruçaremos sobre a experiência dos intelectuais Miguel Guedes Nogueira e Joaquim Goulart de Andrade, no papel de diretores da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas no período compreendido entre 1909 a 1916.

Para a construção da narrativa de atuação dois sujeitos, que neste texto incorporam o papel de intelectuais, lançamos mão de alguns documentos dos novecentos, a saber, os relatórios oficiais redigidos pelos ambos. Embora reconheçamos que os documentos oficiais têm as suas limitações, uma vez que não estão isentos de intenções particulares e silêncios intencionados, ainda assim consideramos que nestas fontes oficiais, a partir da disposição intelectual do historiador da educação, é possível captar nas entrelinhas o cotidiano da EAA-AL, a partir das experiências, por vezes entraves, vivenciados pelos dois diretores da instituição alagoana. Para Mattos (1987), percorrer este corpo legal nos permite recuperar o tipo de educação e de Estado que as elites pretendiam imprimir à sociedade.

O cenário *montado* para um novo ensino profissional primário na Primeira República

Os primórdios dos Novecentos no Brasil, foi marcado pela preocupação com a preservação moral de meninos pobres que, na ótica dos intelectuais imbuídos de ideias estrangeiras, deveriam funcionar como um corpo produtivo se constituindo como futura riqueza da nação republicana. Por conseguinte, esse discurso apropriado pela intelectualidade de proteção aos desprovidos da sorte significava “[...] evitar também a formação de espíritos descontentes, desajustados e rebeldes” (RAGO, 1987, p. 121). Diante desse cenário, o Estado

¹ Para simplificar a escrita utilizaremos a sigla EAA-AL (Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas), bem como EAA's (Escola de Aprendizes Artífices).

deveria ocupar-se da criação de instituições para a formação de corpos e mentes dóceis segundo a lógica da racionalidade do trabalho para a construção da nacionalidade brasileira.

Conforme Luca (1999) ao discorrer sobre a atuação da intelectualidade na primeira República, nos explica como essa geração tomou para si a missão de enquadrar o país no rol das nações modernas e que, para isso, a instrução seria o viés de consolidação de tal empreendimento. Luca (1999, p. 19), ainda nos diz que esses intelectuais pretendiam “[...] revelar a verdadeira face da nação e de traçar as suas linhas de força para o futuro”. Dessa forma, na acepção de Sirinelli (1996), definido o seu papel, os intelectuais se constituiriam em atores do político.

Segundo Vieira (2015 p.7), “Não por acaso, na experiência brasileira do final do século XIX até o século XX, muitas das iniciativas dos intelectuais engajados na cena pública estiveram associadas, direta ou indiretamente, a projetos educacionais”.

E foi nesse quadro sócio histórico que foi instaurado o Decreto n.7.566, de 23 de setembro de 1909, que regulamentou na ação do Presidente da República na época Nilo Peçanha, a criação das 19 Escolas de Aprendizes Artífices², inauguradas em alguns estados da federação. Em Alagoas foi criada na capital Maceió no dia, 21 de janeiro de 1910, a Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas ofertando os cursos primários (elementar e complementar) o de desenho, além das oficinas de sapataria, funilaria, serralharia dentre outras.

Conforme Cunha (2000), essas escolas tinham como escopo formar operários e contramestres, mediante ensino prático e saberes técnicos. Fonseca (1961) complementa que as EAA's tinham como meta a oferta de uma formação profissional para a “dignificação da pobreza”. Segundo Queluz (2000, p. 32) “Eram também uma instituição difusora dos valores republicanos, especialmente da ética do trabalho”.

No Brasil, o ensino profissional teve como pontos marcantes em suas características e em suas origens pelo menos dois princípios ideológicos: o primeiro deles diz respeito à sua destinação, pelo qual se procurou atender aos órfãos, aos carentes e aos “desvalidos da fortuna”; o segundo é o que se relaciona com a sua função, enquanto instrumento ou elemento de estabilização e de manutenção da “ordem pública social”. Atribui-se historicamente ao ensino profissional a função de fazer o “homem ordeiro” (NASCIMENTO, 2007, p. 102).

Nas Alagoas de 1920, o jornalista e historiador Craveiro Costa, escrevia na imprensa alagoana um ideário de apologia à formação para o trabalho. Isto porque, em sua acepção tinha-se a necessidade de formar cidadãos úteis através do trabalho e para o trabalho como via

² Segue as Escolas de Aprendizes Artífices instaladas no Brasil: EAA de Piauí; EAA de Goiás; EAA de Mato Grosso; EAA do Rio Grande do Norte; EAA da Paraíba; EAA do Maranhão; EAA do Paraná; EAA de Alagoas; EAA de Campos (RJ); EAA de Pernambuco; EAA de Espírito Santo; EAA de São Paulo; EAA de Sergipe; EAA de Ceará; EAA de Sergipe; EAA da Bahia; EAA do Pará; EAA de Santa Catarina; EAA de Minas Gerais; EAA do Amazonas.

de progresso para a nação e o Estado. No artigo *Escola Isolada* publicado na *Revista de Ensino*, o intelectual alagoano, afirmava que “a educação popular ainda não tomou a orientação do ensino profissional” (2011, p. 165). Entretanto, percebe-se que a fala de Costa coincide com o período de funcionamento da EAA-AL. Logo, levantamos a hipótese de que enquanto a *intelligentsia* nacional via na EAA’s uma estratégia de difusora do ensino profissional primário para os meninos pobres, em contrapartida, para o intelectual alagoano essa instituição não estaria atingido tal finalidade, uma vez que, prevalecia à preocupação com a educação intelectual livresca e ornamental para a elite alagoana (COSTA, 1931).

A experiência dos diretores (*intelectuais*) da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas

Do mesmo modo que Vieira (2008), Leite e Alves (2011) apontam as mudanças ocorridas nas pesquisas em História da Educação que tem como escopo analisar a categoria intelectual. Esses estudos investigam diversos enfoques em torno da temática, tais como: os itinerários de formação; as redes de sociabilidade; a ligação entre intelectuais e a formulação de políticas educacionais; as iniciativas de escolarização; a constituição dos professores como intelectuais dentre outros. Para este construto nos deteremos a analisar, ainda que de forma limitada, dois aspectos, a saber: os intelectuais e formulação de políticas educacionais, bem como a iniciativa desses homens de letras na institucionalização da escolarização de meninos pobres o que, com efeito, implica considerar o itinerário intelectual.

A partir disto neste tópico nos propomos a construir uma narrativa sobre a experiência dos dois primeiros diretores da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas, sendo eles: Miguel Guedes Nogueira e Joaquim Goulart de Andrade que publicaram seus relatórios oficiais dirigidos ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no marco temporal entre 1910 e 1916. O primeiro deles foi o engenheiro Guedes Nogueira que assumiu a direção da instituição em janeiro de 1910 e o segundo foi Joaquim Goulart de Andrade, ex-professor do Liceu de Maceió, que permaneceu na condição de diretor da EAA-AL entre 1911 e 1916.

Considerando o lugar social que estes ocuparam a partir das orientações de Sirinelli (2003) concebemos estes sujeitos como intelectuais. Pois, segundo Sirinelli (2003) a definição de intelectual se comporta em duas acepções, a saber: uma, ampla e sociocultural, que seriam os “criadores” ou “mediadores culturais”, por exemplo, jornalista, escritor, professor de ensino secundário e erudito; por outro lado, outra mais estreita próxima da noção de “engajamento”, isto é, do sujeito como ator do político e neste caso teríamos os políticos.

Dessa forma, Joaquim Goulart de Andrade se enquadra na primeira acepção, isto é, como mediador cultural por ter sido lente do ensino secundário do Liceu de Maceió e Miguel Guedes Nogueira ainda que não se enquadre a priori em nenhuma das duas acepções, ainda assim o referenciamos como um intelectual, uma vez que no período de constituição dos grupos escolares a partir da década de 1890, os intelectuais que exerciam o magistério primário transitaram para outros cargos, tais como: diretor de instituições; inspetores de ensino e professores de Liceu e Escola Normal (PINHEIRO, 2001).

Os diretores da EAA-AL integraram uma intelectualidade que mantinha discursos vigorantes contra a ociosidade, em nome de um comportamento operoso dos pobres, a que fossem incutidos hábitos de trabalho profícuo, disciplina e ordem social. Esse repertório social que orientava o imaginário e as práticas dos intelectuais de orientação republicana gerou implicações no papel de Joaquim Goulart de Andrade e Miguel Guedes Nogueira a frente da EAA-AL na década de 1910.

Um dos primeiros entraves vivenciado pelo primeiro diretor da EAA-AL em 1910, o então Dr. Miguel Guedes Nogueira, foi à questão da instalação da escola. O governador do Estado de Alagoas, Euclides Vieira Malta, fez a doação de um prédio para funcionar provisoriamente a unidade: “um quartel de polícia do Fórum, enquanto não se providenciava um local definitivo” (NOGUEIRA, RELATÓRIO DE 1910, p. 8). Vale ressaltar que o problema da instalação das escolas de aprendizes artífices foi comum em outros estados, por exemplo, na Paraíba, que instalada em condições precárias, ocupou, durante suas duas primeiras décadas, espaço cedido pelo Governo do Estado, dividindo o local com o Quartel da Polícia Militar (CANDEIA, 2013).

A implantação das EAA's, conforme Nascimento (2007) foi possível mediante uma tácita barganha entre os governos estaduais e o governo federal. Aos primeiros ficou legada a missão de providenciarem em curto tempo os prédios o que implicou em instalações precárias com oficinas improvisadas e ao segundo a responsabilidade de prover a contratação do corpo docente e administrativo, bem como alguns imóveis.

Logo no início das atividades, as dificuldades para seu funcionamento ficaram claras. De forma geral estavam inadequadamente instaladas em prédios fornecidos pelos governos estaduais, com oficinas em estado precário de organização, e com professores e mestres despreparados para o ensino profissional, o que praticamente impedia a formação de contramestres, objetivo estabelecido no seu decreto de criação. Por outro lado, a frequência dos alunos era bastante irregular e o índice de desistência elevado (QUELUZ, 2000, p. 31).

Diante do excerto posto acima percebemos que os entraves em termos de formação de professores, desistência e irregularidade dos meninos

artífices nas aulas foram problemas que Miguel Guedes Nogueira enfrentou logo nos primórdios de funcionamento da EAA-AL. O mesmo em seu relatório de 1910, lamenta que “A frequência não foi grandemente satisfatória e isto devido aos paes dos menores que não tomam o interesse que deviam tomar por seus filhos. Pessoas quase sempre igonorantes, não tem consciencia da responsabilidade moral que lhes assiste em favor da educação dos filhos” (NOGUEIRA, RELATÓRIO EAA-AL, 1910, p. 5). Em Gomes (2003) identificamos que no relatório de 1920 do Instituto Parobé de Porto Alegre, redigido pelo engenheiro João Luderitz, o mesmo interpreta os pais dos alunos pobres como sendo os responsáveis por retirarem os alunos das escolas, logo após a conclusão dos dois primeiros anos do curso elementar. E complementa que, como efeito, isso agudizava a situação das EAA’s no país.

Situação semelhante foi vivenciada por Joaquim Goulart de Andrade no ano de 1912, em que relata que os meninos artífices não completavam os quatro anos de curso abandonando as atividades da instituição assim que aprendiam as primeiras técnicas rudimentares de um ofício. O mesmo reconhecia, diferentemente de seu antecessor o diretor Nogueira, que esse abandono dos aprendizes decorria do estado de extrema pobreza, como podemos ler no fragmento abaixo, em que,

O aprendiz artífice, mal ensaiado embora, procurava nas tendas da industria particular o indispensável para acudir ás necessidades do seu vestuario, pois quasi todos veem das classes as mais desfavorecidas, senão indigentes, da nossa sociedade (ANDRADE, RELATÓRIO DE 1913, p. 6).

E’ para lamentar que os aprendizes não concluem nesta Escola os seus cursos. Assediados pelas necessidades da vida, em um meio pauperrimo como este logo que sabem soldar, ajustar, aplinar, casear, goivar, apalazar, etc., interrompem o tirocicio artistico e encontram accupação remunerada nas tendas particulares, revelando o adiantamento que, em curto lapso de tempo, adquiriram nas nossas officinas, o que si entristece, por não termos o prazer de completar a educação professional desses artífices por outro lado nos satisfaz, por ser a prova de que é proveitosa a aprendizagem aqui recebida e que são seguros os nossos methodos de ensino ao ponto de lhes permitir evoluir dentro de tão curto praso (ANDRADE, RELATÓRIO DE 1913, p. 21-22).

Dois anos antes na gestão de Guedes Nogueira na época foi criado o “Caixa Escolar”, uma espécie de fundo mantido pela própria instituição. Os artefatos, mobílias e objetos produzidos pelos alunos nas oficinas eram expostos e vendidos ao público no “Museu Escolar” e o dinheiro era depositado nesse caixa. O dinheiro era revertido para compra de livros, fardamentos e outros. Mas a partir da experiência do diretor Goulart de Andrade percebemos que dois anos depois da iniciativa ainda não foi o suficiente para conter os meninos artífices na Escola de Aprendizes, sobretudo quando,

Com o regulamento de 1918, o governo federal extinguiu as diárias pagas aos alunos, que já não vinham sendo pagas regularmente naquele período.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

A alegação para o corte das diárias era que o alto índice da desistência dos alunos ou, sobretudo, a falta de empenho, devia-se ao fato daqueles terem a certeza que independentemente de seus desempenhos ainda assim receberiam as diárias (QUELUZ, 2000).

Frente a esses problemas, levantamos a hipótese de que sob a responsabilidade de disciplinarizar pela ética do trabalho essa parcela pobre da população brasileira, em muitas situações esses dois intelectuais vira-se distantes dos objetivos e resultados que as EAA-AS deveriam lograr num curto espaço de tempo. Assim, entre os dois diretores e os meninos artífices havia uma relação de interdependência, pois a EAA-AL só se tornaria uma instituição difusora dos valores republicanos desde que os aprendizes frequentassem assiduamente o curso elementar, de desenho e oficinas, o que não acontecia.

as EAAs representavam um papel estratégico no esforço de controle social das classes proletárias, de disciplinarização e definição do papel do menor. Era também uma instituição difusora dos valores republicanos, especialmente da ética do trabalho. Procurava atuar como consolidadora da nacionalidade através do trabalho produtivo, formador das riquezas da nação e da integração dos elementos potenciais de desordem social, os menores desvalidos e os estrangeiros, devidamente docilizados (QUELUZ, 2000, p. 32).

O contexto de funcionamento interno da EAA-AL tornava-se mais delicado com os fracos recursos de créditos repassados no ano de 1914. No relatório de 1916, o diretor Goulart de Andrade, relata de forma ostensiva a existência de somente um servente para servir as demandas da escola inviabilizando assim as atividades nas oficinas com os aprendizes. Para atender a esta carência o diretor tomou a iniciativa de se dispor do serviço de alguns aprendizes na limpeza das oficinas.

Contudo, vale ressaltar ao leitor que mesmo diante dos desafios que os diretores (intelectuais) da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas enfrentaram conseguimos rastrear na imprensa alagoana da década de 1910, uma notícia referente ao trabalho do primeiro diretor da escola: “Miguel Guedes Nogueira que fora o instalador da referida Escola estava dando-lhe ótima direção, tendo com a máxima solicitude e carinho muito se esforçado pela organização” (Jornal de Alagoas, 18 de setembro de 1911, p. 3). Em 1912 na visita as dependências da escola, o Sr. Engenheiro Agrônomo Ignacio Calmon, Inspetor do nono Distrito Agrícola, expõe as suas impressões quanto ao que pode contemplar por ocasião de ida a instituição.

Nas visitas feitas a este estabelecimento tenho sempre encontrado em suas dependências ordem e asseio, que, em harmonia com a disciplina mantida pelo seu Director e mestres, fazem deste centro de aprendizagem um conjunto atraente, onde o observador, alcançando o desenvolvimento a que estes estabelecimentos podem atingir e os incalculáveis benefícios prodigalizados aos menos favorecidos da sorte, bem diz a grandiosidade dos sentimentos patrióticos e

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

humanitários do Dr. Nilo Peçanha, seu instituidor (ANDRADE, RELATÓRIO DE 1913, p. 17 – palavras do sr. Engenheiro Agrônomo Igancio Calmon).

Por meio de uma abordagem social, política e cultural, a história dos intelectuais privilegia percursos de intelectuais, localizando esses sujeitos no interior de um ambiente social, rastreando as condições históricas de produção dos próprios sujeitos como intelectuais de seu tempo (FILHO; CHAMON; INÁCIO, 2009). Assim, dadas as limitações do espaço para a escrita, bem como as poucas fontes de que dispomos, buscamos nas entrelinhas dos relatórios oficiais redigidos pelos diretores da EAA-AL, traçar historicamente o percurso intelectual de Miguel Guedes Nogueira e Joaquim Goulart de Andrade.

E acreditamos que na leitura o leitor conseguiu captar que embora as EAA'S tenham surgido como uma estratégia de polimento e regeneração dos filhos do proletariado, como enfatiza Gurgel (2007), consideramos que no caso da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas os dois diretores da instituição tiveram que lançar mão de outras estratégias específicas para que atingissem os resultados cobrados aos mesmos.

Considerações finais

Em linhas gerais, a partir da leitura das experiências dos intelectuais Miguel Guedes Nogueira e Joaquim Goulart de Andrade, no papel de diretores da EAA-AL, no período compreendido entre 1909 a 1916, percebemos que essas experiências em muitas situações tomaram a forma de desafios. E frente a esses mesmos desafios, os dois tiveram que lançar mão de estratégias específicas em vias de superar os entraves postos. Vale considerar também que a trajetória desses dois diretores na EAA-AL foram o resultado do sentimento de missão e engajamento que eles estavam imbuídos, como bem nos lembra Sirinelli (2003).

Conclusões

Em suma, a partir do que consideramos nesta escrita, acreditamos que logramos o nosso objetivo, a saber, reconstruir as experiências dos intelectuais Miguel Guedes Nogueira e Joaquim Goulart de Andrade, dada as limitações que as fontes oficiais têm em qualquer pesquisa acadêmica. Estes foram empossados à condição de diretores da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas, para contribuírem num projeto de uma sociedade brasileira que na época recebia os ares de República.

Estes sujeitos, portanto, fizeram parte de um projeto de sociedade republicana, mas especificamente de uma intelectualidade nacional republicana. E ao mesmo tempo em que estiveram subordinados a uma elite política,

recebendo as determinações do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), no interior da instituição alagoana o

cuparam o papel de liderança, ou seja, de autonomia reproduzindo as normas, valores, rituais que tinham que integrar este espaço institucional.

E neste percurso encontraram vicissitudes e intempéries no processo de escolarização dos meninos pobres nas Alagoas, criando táticas com vias de superar os desafios que eram advindos das condições de pobreza e miséria que os meninos artífices vivenciavam em seu contexto social. E dentro destes limites os dois intelectuais construía a sua trajetória na Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas.

Referências

ANDRADE, Joaquim Goulart de. **Relatório da Escola de Aprendizes do Estado de Alagoas**. Maceió: Typ. Livraria Commercial, 1913.

ANDRADE, Joaquim Goulart de. **Relatório da Escola de Aprendizes do Estado de Alagoas**. Maceió [Jaraguá]: Typ. Americana, 1914.

ANDRADE, Joaquim Goulart de. **Relatório da Escola de Aprendizes do Estado de Alagoas**. Maceió: Typ. Americana, 1916.

CANDEIA, Luciano. **Ment amore pro pátria docere a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba e a formação de cidadãos úteis à nação (1909-1942)**. Tese de Doutorado (Mestrado em Educação, na Universidade Federal da Paraíba – UFPB), 2013.

COSTA, Craveiro João. **Instrução Pública e Instituições Culturais em Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1931.

CUNHA, Luiz Antonio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n.14, mai-ago, 2000. Rio de Janeiro, 2000.

FILHO, Luciano Mendes de Faria; INÁCIO, Marcilane Soares (Orgs). **Políticos, Literatos, Professoras, Intelectuais**. Belo Horizonte (MG): Mazza Edições, 2009.

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. As Escolas de Aprendizes Artífices e o ensino profissional na velha República. **Vértices**, ano 5, n. 3 set-dez, 2003.

GURGEL, Rita Diana de Freitas. **A TRAJETÓRIA DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE NATAL: REPÚBLICA, TRABALHO E EDUCAÇÃO (1909-1942)**. Doutorado em Educação (Tese de doutorado), Natal (RG), 2007.

LUCA, Tanea R. de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação**. São Paulo: editora da UNESP, 1999.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

NASCIMENTO, Isabel Moura. Et al (Orgs). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Coleção memória da educação. Campinas (SP): Autores Associados-HISTEDBR- Sorocaba (SP): Uniso, Ponta Grossa (PR): UEPG, 2007.

NOGUEIRA, Miguel Guedes. **Relatório Apresentado ao Ex. Snr. Dr. Pedro de Toledo Ministro da Agricultura, Industria e Commercio pelo Director da Escola de Aprendizizes Artífices do Estado de Alagôas**. Maceió: Livraria Fonseca, 1910.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Concepções de Ensino Técnico na República Velha (1909-1930)**. Curitiba, CEFET (PR), 2000.

SIRINELLI, Jean François. Os Intelectuais. In: REMOND, R. (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.